



Os hypomnemata e a memória material: as agendas pessoais de Joaquim Paço d’Arcos

Helder da Rocha Machado^a, Paulo Amaral Soares^b

^a*Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa, FCSH/NOVA, Portugal,
helder.machado@lis.ulusiada.pt*

^b*Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal, paulo.soares@lis.ulusiada.pt*

Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo as 39 agendas minuciosamente anotadas por Joaquim Paço d’Arcos. Os factos aí reportados, dia após dia, constituem uma memória material das vivências do seu produtor. Escrever um diário, agendar o dia-a-dia, guardar a correspondência e outros papéis particulares são práticas que refletem a preocupação do “eu”. Arquivar a própria vida pressupõe certamente espelhar na sociedade as várias facetas do indivíduo. Sabendo que uma das características principais dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo dos seus documentos, ou seja, do valor de uso para fins históricos, pretende-se demonstrar como estas agendas, ou *hypomnemata*, devem constituir-se como fontes para o estudo do homem, da obra e da sociedade.

Palavras-chave: Paço de Arcos, Joaquim, 1908-1979 - Arquivos, Paço de Arcos, Joaquim, 1908-1979 - Manuscritos, Arquivos - Processamento, Arquivos Pessoais - Portugal

Introdução

Os arquivos pessoais constituem hoje em dia uma das fontes primordiais para o estudo da história. Segundo G. Perec (1974)

“[...] existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio escrito. Quase tudo, em algum momento, passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo o dia”

A prática de arquivar o “eu” constitui, sem dúvida, uma intenção autobiográfica. Escrever um diário, agendar o dia-a-dia, guardar a correspondência e outros papéis particulares são práticas que refletem, nas palavras de Foucault, a preocupação do “eu”. Arquivar a própria vida pressupõe certamente espelhar na sociedade as várias facetas do “eu”.

Uma das características principais dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo dos seus documentos, ou seja, do valor de uso para fins históricos. Este trabalho tem como objeto de estudo as 39 agendas minuciosamente anotadas por Joaquim Belford Corrêa da Silva (Lisboa, 14 de junho de 1908 - Lisboa, 10 de junho de 1979), mais conhecido pelo nome de Joaquim Paço d’Arcos (JPA). Os factos aí reportados, dia após dia, constituem uma memória material das vivências do seu produtor.

O espólio de Joaquim Paço d’Arcos esteve na posse dos seus familiares, Maria da Graça Spencer de

Moura Braz, mulher do escritor, e dos seus filhos, durante cerca de 30 anos, refletindo o zelo pelo seu legado e memória. O acervo, antes de ser depositado na Universidade Lusíada de Lisboa, foi organizado pelos seus descendentes em especial pelo seu filho João Filipe Corrêa da Silva (Paço d’Arcos) e pela sobrinha Maria do Carmo Paço d’Arcos, que compilaram a documentação para a publicação do quarto volume das suas memórias, “Joaquim Paço d’Arcos, correspondência e textos dispersos, 1942-1979”. Em 2008, por ocasião do 29.º aniversário da sua morte, o espólio foi doado à Fundação Minerva / Universidade Lusíada de Lisboa.

O espólio possui grande parte dos textos autógrafos do escritor, manuscritos, correspondência recebida, documentos biográficos e familiares, recortes de imprensa nacionais e estrangeiros sobre a sua produção literária, fotocópias e recortes sobre assuntos profissionais e documentos relativos às instituições a que pertenceu. Encontra-se, também, parte da sua biblioteca pessoal onde se destacam obras sobre literatura, linguística, economia e história. Na opinião de Beattie (2007, p. 10), esta dimensão pessoal dos documentos constitui:

“[...] a rich source of information for historians and other scholars because they contain details of everyday life in different times and places that may otherwise have gone unrecorded.”

Os *hypomnemata* e a memória material

De acordo com Foucault (2006, p. 135 e ss.) os *hypomnemata* “[...] podiam ser livros de contabilidade, registos notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda” e tinham como objectivo servirem de guia de conduta, onde eram guardadas “[...] citações, fragmentos de obras, exemplos e acções de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido”. No fundo, estes documentos, funcionavam como repositórios materiais da nossa experiência quotidiana. Estas experiências armazenadas “[...] constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; ofereciam-nas assim, qual tesouro acumulado, à releitura e à meditação ulterior” (Foucault, 2006, p. 135), estabelecendo-se assim como a matéria-prima para a redação futura.

A importância destes documentos prende-se, não tanto, pelo facto de se apresentarem como “auxiliares de memória” que podemos consultar sempre que esta nos falhe, mas “[...] antes constituem um material e um enquadramento para exercícios a efetuar frequentemente: ler, reler, meditar, entreter-se a sós ou com outros, etc.” (Foucault, 2006, p. 136). O facto de, segundo Foucault, estes documentos não poderem constituir uma “narrativa de si mesmo”, não lhes retira o mérito e a capacidade de se poderem constituir como linhas estruturantes das “narrativas autobiográficas”. Tal é o objetivo traçado por Foucault (2006, p. 138) quando questiona a sua capacidade de nos colocarmos perante nós ou o de nos retirarmos para o nosso interior, em confronto com o “[...] dispersarmo-nos por diferentes pensamentos e a esquecermo-nos de nós próprios”. Acrescenta que “[...] a escrita dos *hypomnemata* opõe-se a essa dispersão ao fixar os elementos adquiridos e ao constituir, de certo modo, um “passado” ao qual podemos sempre regressar e recolher-nos” (2006, p. 140). Esta é a vantagem que os *hypomnemata* nos apresentam, a de constantemente podermos questionar e repensar o passado e sobre ele tirarmos ilações e tratados para o futuro. Seja na forma da experiência vivida, na redação de um romance ou na constituição de fontes documentais para a interpretação da história. Neste último caso, Duarte (2008, p. 14-15) observa que o “manuscrito elevado à categoria de estudo e, em todos os casos, à de documento: um registo escrito de actos e de pensamentos próprios de um tempo para uso de outro tempo [...] frequentemente integra vários testemunhos autógrafos sucessivos de um determinado processo genético, registando assim o trabalho de escrita do seu autor e factor”.

Chamamos, no entanto, a atenção para o facto de que este combate à dispersão acarreta o perigo da seleção. Uma vez que ao seleccionarmos determinadas “experiências” excluimos automaticamente um

conjunto de outras, que ficarão irremediavelmente perdidas para sempre na nossa memória. Em contrapartida, previne Foucault (2006, p. 143-144), “[...] o escritor constitui a sua própria identidade mediante essa recollecção das coisas ditas”. Na perspetiva de Duarte (2008, p. 17), no entanto, neles apenas está mencionado aquilo “[...] que o autor considera como representadoras da sua personalidade, ou aquilo que de algum modo transmite a imagem que o autor deseja que os outros tenham dele: tudo quanto, em manuscritos anteriores, revelasse hesitações, actos falhados e todo o tipo de incongruências avisadas e censuradas pelo autor terá sido eliminado”. Parece ser esse, também, o sentido que Artières (1998, p. 11) propõe quando salienta a faculdade humana de arquivar a própria vida: “[...] num diário íntimo, registamos apenas alguns acontecimentos, omitimos outros; às vezes quando releemos nosso diário, acrescentamos coisas ou corrigimos aquela primeira versão. [...] Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas”. Numa linha mais sociológica, estes fenómenos pressupõem que “[...] a pessoa escreve um acontecimento do passado sob a forma de um conto escrito no presente, lembrando-se do que sucedeu e dos sentimentos em causa, com tanto rigor quanto possível. Depois a história é reescrita do modo que o indivíduo gostaria que tivesse acontecido, com novos diálogos, sentimentos e resolução do episódio” (Giddens, 2001, p. 67). Podemos, então, considerar que estes documentos podem potenciar uma “certa” imagem, incompleta e difusa, podendo distorcer a leitura do crítico ou do historiador, não podemos, no entanto, negligenciar o valor histórico e documental que estes documentos possuem que lhes permitem estabelecer-se como fontes credíveis, na primeira pessoa, de apoio ao estudo do homem, da obra e da sociedade do seu tempo. É afirmado por Giddens (2001, p. 71) que “[...] a auto-identidade, enquanto fenómeno coerente, pressupõe uma narrativa: a narrativa do *self* é tornada explícita. Escrever um diário e trabalhar uma autobiografia são recomendações centrais para a manutenção de um sentido integrado do *self*”. A propósito das autobiografias havia, ainda, de escrever:

“A maior parte das autobiografias publicadas são evidentemente celebrações das vidas e sucessos de indivíduos célebres: são uma forma de isolar as experiências pessoais dessas pessoas em relação à massa da população. Vista deste modo, a autobiografia parece ser um traço bastante periférico da especificidade individual como um todo. Porém a autobiografia - particularmente no sentido lato de uma auto-história interpretativa produzida pelo indivíduo em causa, quer seja escrita ou não -, encontra-se de facto no núcleo da auto-identidade na vida social moderna. Como qualquer outra narrativa formalizada, é algo que tem de ser trabalhado e apela de forma inquestionável ao contributo criativo” (Giddens, 2001, p. 71).

Partindo da assunção que esta escrita de si entende um sentido crítico e criativo, pressupõe-se também que tenha em mente a ideia de uma futura audiência. Beattie (2007, p. 37) diz que “The audience for whom a diary has been written will have an impact on the style of writing: what is included, and just as importantly, what is not.”

A propósito dessa suposta “dispersão/seleção” e/ou falhas de memória preenchidas pelo autor, Maria Augusta Babo (2009, p. 48) é bastante clara na sua abordagem:

“A autobiografia deixou de ser um género narrativo considerado fiel e sem lacunas para passar a assumir uma organização de sentido disperso e necessariamente fragmentário, como acontece por exemplo com *W.* de George Perec, narrativa lacunar da infância, que se desenrola em pedaços de narração disseminados por zonas de esquecimento do passado. Neste sentido, a reconstrução ou reconstituição da própria vida é um trabalho de escrita que reelabora, reinterpreta e ficciona mesmo os espaços intervalares da memória, as bolsas de amnésia.”

Estes documentos, nas palavras de Oliveira (2008, p. 37), são “lugares e temp(l)os de memória, os manuscritos e outros documentos que integram os arquivos pessoais de autores contemporâneos ora espelham o pulsar da oficina de escrita própria de cada criador (mostrando a gestação e o devir da sua obra), ora desvendam o especioso percurso de que foi feito o impulso, sucesso ou insucesso, de muitas intervenções singulares e movimentos colectivos (literários, artísticos, cívicos, etc.) que marcaram decisivamente a nossa história cultural mais recente”.

Joaquim Paço d’Arcos: o homem e a sua produção

Figura proeminente do século XX, Joaquim Paço d’Arcos foi ficcionista, dramaturgo, poeta e crítico. Desempenhou, ainda, o cargo de chefe dos serviços de imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dirigiu a Trans-Zambezia Railway e presidiu à Sociedade Portuguesa de Escritores. Laureado com vários prémios literários, o escritor foi caracterizado na sua escrita pela objetividade, pelo visualismo e pela ação linear, tendo sido um dos escritores portugueses do século XX mais traduzido no estrangeiro. O conjunto de obras intitulado “Crónica da vida lisboeta” foi considerado, por muitos críticos portugueses e brasileiros, como uma grande referência na literatura portuguesa.

Neto de Carlos Eugénio Corrêa da Silva (1834-1905), primeiro Visconde e Conde de Paço d’Arcos e ilustre Vice-Almirante da Marinha que entre outros cargos, distinções e condecorações, foi Governador de Macau (1876-1879), Governador-Geral de Moçambique (1881-1882) e Governador da Índia Portuguesa (1882-1886).

O seu pai, Henrique Monteiro Corrêa da Silva (1878-1935), nasceu em Macau e, provavelmente por esse facto, toda a sua vida militar foi dedicada a resolver os problemas do Ultramar português (Malpique, 1958, p. 32). Foi, também, Governador de Macau (1919-1922), Ministro das Colónias (1925) e em 1935, ano da sua morte, foi promovido a Capitão de mar e guerra.

JPA teve quatro irmãos: Carlos Eugénio Belford Corrêa da Silva (1904-1931), Pedro Belford Corrêa da Silva (1905-1936), Henrique Belford Corrêa da Silva (1906-1993), Manuel Belford Corrêa da Silva (1910-1980).

A morte prematura roubou a Carlos Eugénio um maior protagonismo que se adivinhava já na sua efêmera vida. Tendo deixado, no entanto, o indício do que poderia ser uma importante obra literária, encontrada em várias colaborações dadas a jornais, artigos e conferências. Pedro morreu com 31 anos e deixou, também, alguns versos. Foi, no entanto, Henrique Belford Corrêa da Silva o mais notável dos irmãos de JPA. Distinto poeta português, para se diferenciar de seu pai, publicou os livros de poesia com o nome de Anrique Paço d’Arcos. Sobre a sua poesia, Malpique (1958, p. 163-A) referiu que “[...] os versos de Henrique Paço d’Arcos não são fruto de uma atividade lúdica ou desportiva. Constituem natural modo de expressão dos seus anseios. Não se contenta com o viver a sua algo dramática vida interior, precisa de lhe dar forma artística”. Manuel, o irmão mais novo de Joaquim, publicou em 1952 o livro de poesia “A ilha e o mar”.

É, pois, neste contexto familiar de elevada cumplicidade intelectual que JPA nasce em Lisboa, a 14 de junho de 1908. Deste facto, Dória (1962, p. 24) escreveu que

“[...] nascido nesse período convulso que mediou entre o advento da ditadura franquista e a Primeira Guerra Mundial, teve logo no berço a marcá-lo esse irrequietismo que sempre o caracterizou e, mais tarde, o levou a escolher os seus «tipos» entre os caracteres instáveis, inquietos, versáteis, fazendo-os tantas vezes atravessar mares e continentes numa ânsia insofrida de infinito - o do amor, o da aventura ou o do sofrimento”.

Em 1912, com quatro anos, viaja com os pais para Moçâmedes, em Angola, distrito governado pelo pai até 1914. No final de 1919, o seu pai foi nomeado Governador de Macau, levando a família Paço d’Arcos a viajar de novo para o Oriente, onde ficou até 1922, altura em que o pai deixou o cargo de Governador da província oriental.

De regresso a Lisboa, o jovem Joaquim Paço d’Arcos, agora com 14 anos, sente o primeiro impulso e o desejo de escrever. É neste período que começa a escrever a novela “Maria Clementina”. Em 1925, JPA foi escolhido pelo seu pai para seu secretário particular, este ato simbolizou para ele uma prova de confiança. Henrique Monteiro Corrêa da Silva, depois de uma breve passagem pelo Ministério das

Colónias, foi nomeado Governador dos Territórios da Companhia de Moçambique. Depois da demissão de seu pai, em 1927, em protesto com os célebres contratos do porto da Beira que achava serem lesivos para os interesses e soberania nacionais, JPA pede a exoneração do cargo de Secretário e Chefe de Gabinete do Governador e regressa a Lisboa. Este episódio acaba, no entanto, por marcar a vida e o percurso de JPA, que saiu publicamente em defesa do pai rebatendo as insinuações levantadas publicamente. A necessidade de defender o nome do pai fez com que pegasse na caneta e escrevesse um conjunto de cartas em resposta aos detratores. Nesse mesmo ano, JPA reúne as suas cartas e a matéria que as originou num folheto que denominou “Patologia da dignidade”. A este propósito havia de escrever ao pai (Paço d’Arcos, 2013, p. 456):

“Quis o destino que após o seu regresso a África eu permanecesse em Lisboa e que me viesse a caber este honroso papel de, na sua ausência, o defender. Nunca pensara juntar estas cartas em livro; mas o aparecimento desse miserável folheto ‘Patologia do patriotismo’, com que os homens pelo meu pai justamente acusados supuseram, alugando um escriba, poder defender e derrubar o acusador - o aparecimento desse pasquim levou-me, em réplica indirecta, a reunir estas minhas intervenções na imprensa, sob o título ‘Patologia da dignidade’”.

Este infeliz caso acaba por ser o *leitmotiv* pelo qual JPA ganhou notoriedade na sociedade, fazendo-o entrar algum tempo mais tarde no caminho das letras.

Sem emprego, JPA embarca para o Brasil. Em São Paulo, tentou adaptar-se, sem vocação, à profissão de antiquário. A aventura brasileira, de novembro de 1928 a fevereiro de 1930, acaba narrada no romance de 1935 intitulado “Diário de um emigrante”. Havia de escrever nas suas memórias que “[...] o livro é o relato do meu viver no Brasil, escrito a cinco, seis anos de distância, quando já havia encontrado outro rumo, mais estável e menos aventureiro; é a história da minha inadaptação a um métier para que não tinha jeito nem gosto e para que só um instinto de fuga me lançara” (2013, p. 468).

No final de 1932, de regresso a Lisboa, viria a casar com Maria Cândida de Magalhães Corrêa, filha do Almirante Magalhães Corrêa, ex-Ministro da Marinha. Nesse ano, ao serviço da Companhia Nacional de Navegação, regressa ao Brasil e termina o que viria a ser a sua verdadeira estreia literária, no ano seguinte, com o “Herói derradeiro”.

Em agosto de 1945, a mulher Maria Cândida morre em Lisboa aos 36 anos. Foi nesse ano que, a convite de Armindo Monteiro, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi nomeado Chefe dos Serviços de Imprensa daquele Ministério, onde acabaria por ficar até se aposentar em 1960, aos 52 anos de idade. Repartindo essas funções com a atividade que exercia na Companhia Nacional de Navegação, onde se manteve até 1953. No final de 1944, foi nomeado, por Marcello Caetano, Administrador da Trans-Zambézia Railway Company.

Casa-se em 1949, em segundas núpcias, com Maria da Graça Spencer de Moura Braz. Estreia-se como poeta em 1952, com a publicação do livro “Poemas imperfeitos”. Entre 1952 e 1959, visita os Estados Unidos da América, fez várias conferências a convite de algumas instituições nacionais e estrangeiras, passou por Nice (França) e, ainda, teve oportunidade de voltar ao Brasil pela terceira vez. Foi eleito, em 1959, Presidente substituto da Sociedade Portuguesa de Escritores, presidência que assumiria de forma efetiva no ano seguinte, com a morte de Jaime Cortesão.

Em 1970, foi condecorado com o grau de Cavaleiro da Legião de Honra da República Francesa e, em 1972, foi condecorado com a Medalha do Cinquentenário da Trans-Zambesia Railway Company.

Faleceu com 71 anos, a 10 de junho de 1979, na cidade de Lisboa.

As agendas pessoais de Joaquim Paço d'Arcos

Na sequência da problemática abordada no segundo capítulo, as agendas pessoais de JPA inserem-se, enquanto documento com possível interesse histórico, dentro da categoria dos *hypomnemata*, e constituem-se, assim, em memória material de um determinado tempo/época e, portanto, como reflexo das experiências vividas pelo escritor, tendo em conta já uma perspectiva das narrativas autobiográficas. Teria o autor noção que as suas agendas poderiam vir a ser utilizadas para o estudo da sua obra ou da sua vida? Tendo em mente esta interrogação, não podemos deixar de pensar que o empenho do escritor, ao longo de 39 anos, na escrita e manutenção das agendas - para além do propósito de servirem como “auxiliares de memória” para aquilo que viria a ser a sua autobiografia - teria presente esse “cuidado” tendo em conta as futuras análises por parte de críticos e historiadores. Tal é, também, a conclusão evidenciada por Richard J. Cox (2013, p. 137) num artigo sobre o historiador e arquivista Lester J. Cappon onde refere que “Cappon seems to have intended his diary to be read by others, with clear indicators of an audience other than himself.” Esta abordagem coloca, novamente, a “escrita sobre si mesmo” em perspectiva, não é menos verdade, no entanto, que:

“Admittedly, these are two far-reaching observations about deciphering historical sources, but the point is obvious when Reading something like Cappon’s diary. My general sense is that Cappon makes careful choices to portray himself as an important player in the formative years of modern archives, historical editing, and scholarly publishing. Through his choice and eyes we can discern important facts about the historical and archival enterprise in the mid-twentieth century. We do not have to believe everything Cappon says, but we can learn much about his life and world if we read carefully.” (Cox, 2013, p. 144).

Esta constatação encaixa perfeitamente na “escrita de si” encontrada nas agendas de JPA. A ideia de escrever para um leitor futuro parece estar sempre presente na escrita de JPA, por isso, as escolhas e decisões do material fornecido podem ser encaradas como uma forma do escritor tentar condicionar a futura interpretação desse material.

A abordagem de Douglas (2015, p. 55) vai nesta direção:

“Can the archivist be expected to interpret character properly in a writer’s papers when writers can work to craft a particular record of their life and/or can subvert or remove the more personal parts of their archive; when the work of crafting and subverting can also be carried on by people other than the creator; and when, at the same time, the partialness of the archive, its tendency to relate to particular parts of a writer’s life, and its frequent banality can skew our reading of it?”

Não obstante esta preocupação subsistir nos nossos espíritos quando nos debruçamos sobre a riqueza e o contexto destes materiais, e independentemente dos aspetos psicológicos e sociais envolvidos nesse processo, não podemos esquecer que estamos perante documentos únicos que tiveram origem num determinado tempo e com um objetivo específico.

Dória (1962, p. 15) escreve

“[...] para se compreender, pois, a obra de um autor - e a função primacial (esquecida função) do crítico é procurar compreender essa obra, nas suas determinantes e na sua projecção - há que conhecer, pelo menos nas linhas gerais, a vida daquele que vai tornando-se objecto da crítica [...] por forma que se possa conhecer em profundidade por que razão certos aspectos da obra do autor tomaram especial feição, e por que as suas preferências recaíram sobre determinados sectores sociais ou humanos, aonde ele foi buscar os modelos ou a inspiração”.

Apesar de reconhecer que os leitores, em geral, não precisam de conhecer a vida do autor, não é importante para a sua análise da obra, Viqueira Barreiro (1958, p. 25) explica que

“[...] no hace falta conocer - conocer biográficamente, se entende - a un escritor para reconocer, assimilar y admirar su obra. Indiscutible. Entre otras razones, por las sencilla y suprema de que el sentir y el pensar, la actitud que ante el mundo y la vida toma un autor auténtico, queda como difuminada y presa, inevitablemente, entre las malas invisibles de su obra. Y para nos otros, lectores, es lo bastante: es lo fundamental.” Contudo, afirma que “[...] esto nada quita para que si un día es posible el conocimiento personal, dando ocasión a ver y tratar un poco desde dentro al escritor, ganemos mucho en la comprensión e interpretación más fiel de su obra.”

Nunca é de mais realçar que no caso das agendas pessoais, bem como de outros documentos que sejam

resultado da “escrita de si mesmo” devem impor-se como fonte documental, sendo para isso necessário que as instituições depositárias estejam preparadas para as melhores práticas ao nível do tratamento destes espólios. Como Oliveira (2008, p. 39) sublinhou,

“[...] o que chamamos correntemente espólio documental de um autor permite, em primeira linha, o reconhecimento do respectivo percurso biográfico, quer como trânsito individual balizado pelas humaníssimas datas de nascimento e morte, quer como (com)vivência geracional e compromisso com a história, circunstanciado pelo tempo em que a obra e a intervenção cívica se inscreveram”.

As agendas pessoais de JPA, como os diários ou outros documentos deste género, estão cheios de apontamentos sobre a sua vida pessoal e familiar sendo muitas vezes utilizados como auxiliares mnemónicos, as notas escritas servem de auxílio na sua atividade profissional e de escritor.

O conjunto de documentos que vamos mantendo, ao longo da nossa vida profissional e privada, cada vez mais nado-digitais, implica uma gestão e organização que quase nos impele na direção apontada por Bass (2013, p. 51) para uma gestão da informação pessoal:

“Personal information management, or PIM, is described as both the practice and the study of the activities people perform to acquire, organize, maintain, retrieve, use and control the distribution of information items such as documents (paper-based and digital), Web pages, and e-mail messages for everyday use to complete tasks (work-related and not) and to fulfill a person’s various roles (as parent, employee, friend, member of community, etc.)”.

Características e contextualização

A série documental é constituída por 38 agendas pessoais de JPA, que abrangem o período de 1942 a 1979. Enquadram-se num tipo de documento que se distingue com base nas suas características comuns, físicas (337 f. não numeradas, 105x65x120mm) e intelectuais (apontamentos do dia a dia).

As agendas contêm vários dados pessoais da vida do escritor, que ele foi alimentando de forma sistemática ao longo dos anos. No seu conteúdo, podemos encontrar, entre outras, dados de identificação, informações clínicas, nomes de familiares, aniversários de pessoas conhecidas, contactos telefónicos, contas correntes e o registo de envio de correspondência, etc.

Nas agendas são visíveis, frequentemente, anotações sobre pessoas com quem JPA contactava regularmente: familiares, pessoas do seu círculo de amizades e contactos profissionais. Podemos destacar o período em que JPA foi o diretor dos serviços de imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde contactou com figuras marcantes do corpo diplomático português e estrangeiro, como são exemplo o Ministro da Alemanha, Barão de Hoyningen-Huene (1934-1944), os Embaixadores da Grã-Bretanha, Sir Charles Wingfield, Sir Walford Selby e Sir Ronald Campbell (1941-1945), o Embaixador do Brasil, Dr. Araújo Jorge (1936-1945) e, inclusive, o Dr. Oliveira Salazar (Presidente do Conselho de Ministros, de 1932 a 1968).

As agendas afiguram-se como um diário da sua vida, pois o escritor tinha por hábito registar todas as informações diárias, mesmo os factos e acontecimentos que marcavam a época. Esta característica tornou-se cada vez mais marcante com o decorrer dos anos e com as crescentes responsabilidades profissionais e o reconhecimento da sua obra literária.

Para a identificação das agendas enquanto série documental foram contempladas as características listadas por Aguilera Murguía (2011, p. 119) e que se passa a enumerar:

- Um mesmo procedimento;
- Uma mesma atividade;
- Uma mesma tipologia;
- Uma relação derivada da sua criação, receção ou utilização.

Salienta, ainda, o papel das séries documentais como sendo “[...] uma categoria ontológica que perdura continuamente y permanece sempre. Mientras la actividad o función esté viva la serie seguirá

siendo alimentada por los actos a través de los expedientes; cuando deje de existir de todas formas las series seguirán siendo evidencia, en su conjunto, de las actividades o funciones que tuvo el organismo” (Aguilera Murguía, 2011, p. 131).

Organização e descrição

A organização e descrição das agendasⁱ devem estar contempladas no processo geral do arquivo a que pertence. Dessa forma, deve compreender as seguintes etapas:

1. Diagnóstico e análise documental;
2. Preservação e conservação das espécies documentais;
3. Processamento documental:
 - 3.1. Inventariação;
 - 3.2. Carimbagem;
 - 3.3. Inserção de ex-libris;
 - 3.4. Descrição;
 - 3.5. Classificação;
 - 3.6. Indexação;
 - 3.7. Cotação;
 - 3.8. Etiquetagem.
4. Digitalização dos documentos;
5. Promoção e divulgação:
 - 5.1. Divulgação através de canais de comunicação apropriados;
 - 5.2. Realização de ações de promoção para públicos-alvo.

A série das agendas foi classificada dentro da secção designada por fase adultaⁱⁱ que compreende os documentos produzidos entre os 23 anos de idade e a data de falecimento do escritor.

A descrição das agendas pessoais de JPA foi feita ao nível da série, do documento composto e do documento simples e de acordo com as normas nacionais e internacionais estabelecidas para o efeito, nomeadamente, as ISAD(G): *General International Standard Archival Description*, as ISAAR(CPF): *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*, as ISDIAH: *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*, as ISDF: *International Standard for Describing Functions* e, por último, as ODA - Orientações para a Descrição Arquivística. O tratamento arquivístico foi acautelado, tendo em conta a importância de se estabelecer um “[...] nível de descrição obrigatório, para que a recuperação de informação seja fina e apta a cobrir o espectro exigente das necessidades de busca dos utilizadores” (Silva, 2004, p. 81).

Tendo em conta o modelo sistémico e interativo de Silva (2004), deve ser constituído um registo de autoridade que estabeleça a forma correta do nome, bem como as suas variantes e respetivas remissivas, e que reconheça, de forma inequívoca, as várias relaçõesⁱⁱⁱ estabelecidas pelo produtor, objeto do sistema de informação pessoal (SIP).

Tipo de entidade	Tipo de relação ^{iv}
Pessoa ⇒ Pessoa	Pseudónimo
	Secular
	Religiosa
	Oficial
	Atributiva
	Colaborativa
	Irmãos
Pai/filho	
Pessoa ⇒ Família	Adesão
Pessoa ⇒ Coletividade	Adesão

Tabela 1 - Relações estabelecidas entre pessoas.

No documento elaborado pela IFLA (2007, p. 30), estão estabelecidas as relações e o tipo de relações^v que uma pessoa pode desenvolver ao longo da vida. As relações entre as pessoas, entre as pessoas e a(s) família(s) e entre as pessoas e as coletividades devem estar consignadas no registo de autoridade, possibilitando assim um maior conhecimento da autoridade em causa.

O registo de autoridade de JPA^{vi}, para além de fazer um controlo efetivo sobre toda a produção associada ao autor, institui-se também ele como documento primário, dando de imediato um conjunto de informações sobre o escritor.

Em relação à indexação, a escolha dos termos considerados representativos foi feita ao nível dos documentos simples e compostos, e considera os cabeçalhos de assunto estabelecidos de acordo com um sistema de indexação normalizado, pré-coordenado e que possibilita o controlo da terminologia usada. Propôs-se, então, a utilização de cabeçalhos^{vii} do tipo nome de pessoa, nome de coletividade, nome geográfico ou territorial, nome de família e de assunto, com o respetivo registo de autoridade individual para uma maior qualidade do controlo das autoridades.

Tipos de autoridade	Observações de utilização	Exemplos
Nome de pessoa	Entradas de autoridade com os nomes das pessoas referenciadas nas agendas.	Caetano, Marcelo, 1906-1980
Nome de coletividade	Entradas de autoridade com os nomes das coletividades referenciadas nas agendas.	Portugal. Ministério dos Negócios Estrangeiros
Nome geográfico ou territorial	Entradas de autoridade com os nomes dos países por onde JPA passou e que estejam referenciados nas agendas.	Lisboa (Portugal) - História Portugal - História - Revolução, 1974
Nome de família	Entradas de autoridade com os nomes de famílias que estejam referenciados nas agendas e com quem JPA tenha desenvolvido relações.	Família Corrêa da Silva
Assunto	Entradas de autoridade de tópicos referenciados nas agendas, como acontecimentos, movimentos sociais, artísticos, literários e políticos, disciplinas, etc.	Literatura Filosofia Surrealismo Guerra Mundial, 1939-1945

Tabela 2 - Exemplos de tipos de cabeçalhos de autoridade

A implementação de uma política de indexação para o controlo dos registos de autoridade implica sempre a tomada de decisão, tendo em conta o alcance e o grau de exaustividade pretendidos. Esta tomada de decisão deve definir o alcance da normalização, isto é, se vai ser estendida a todos os pontos de acesso ou se vai ser feita de forma seletiva e qual o nível de exaustividade aplicado. Relativamente ao alcance do controlo de autoridades, devem ser contemplados todos os pontos de acesso incluídos na Tabela 2. O controlo de autoridades permite, segundo Clack (1990, p. 31), dois níveis de exaustividade (o completo ou o parcial) e vários fatores que influenciam o nível a implementar. Acrescenta que, estes devem ser estabelecidos por cada unidade documental de acordo com as suas necessidades, tendo em conta os seguintes fatores:

- 1) Os recursos humanos e técnicos disponíveis;
- 2) A possibilidade de aceder a registos de autoridade externos produzidos por outras entidades;
- 3) O nível de normalização e controlo desejado;
- 4) As possibilidades que existem de cumprir o nível de normalização desejado;
- 5) A importância dada pela unidade documental em ter um catálogo consistente e normalizado.

Ribeiro (1996, p. 66) previne que “[...] tradicionalmente (ou seja, na literatura relativa às técnicas biblioteconómicas) o “controlo de autoridade” é considerado como um dispositivo inerente às funções de um catálogo e tem sido estudado e desenvolvido sobretudo no que concerne aos cabeçalhos a usar no catálogo de autores e títulos. Ele é concebido para gerir os pontos de acesso, estabelecendo-se uma forma única para cada rubrica, a qual constitui o cabeçalho autorizado. É, ainda, do âmbito do controlo de autoridade a criação de remissivas para as formas não autorizadas e o registo das decisões tomadas face à escolha das rubricas de acesso”, acrescenta também que “[...] de facto, um sistema de informação sem controlo nos pontos de acesso poderá ser bastante eficaz, em termos de pesquisa, mas não dá garantias ao utilizador de que ele recupera toda a informação existente e relevante para as suas questões”.

Conclusão

No âmbito da problemática do valor histórico e da constituição de uma memória material por parte dos *hypomnemata*, as agendas pessoais de JPA assumem-se como exemplo da valorização, através da organização e tratamento documental, de uma série de um arquivo pessoal. Inscrevendo-se, dessa forma, como memória material do escritor, possibilitando a críticos literários e a historiadores um maior conhecimento da obra, mas também do homem e das circunstâncias que possam ter influenciado os seus atos, a sua produção literária e, em última análise, a sua vida. O valor que pode ser atribuído à série documental só se tornará efetivo, se dela for retirada informação que permita, por um lado, o seu estudo aprofundado e, por outro, conclusões sobre a matéria em estudo.

As agendas pessoais de JPA, por atravessarem 39 anos da nossa história recente (de 1942 a 1979) e, por isso, poderem ser o testemunho, na primeira pessoa, de muitos dos acontecimentos nacionais e internacionais mais relevantes deste período, tornam-nas, sem dúvida, num objeto apetecível a todos os que estudam, não só a literatura, mas também a História contemporânea. Podemos encontrar nas agendas, por exemplo, como JPA foi alertado, através de um telefonema, para o “Golpe de Estado” de 25 de abril de 1974^{viii} e de como passou todo o dia a ouvir o Rádio Clube Português e, depois das 18H00, a televisão, com o fim do regime de Marcello Caetano e o advento da Junta Militar presidida pelo General Spínola.

O valor implícito das agendas, demonstrado no exemplo do parágrafo anterior e através da Figura 2, só se tornará objeto de estudo do maior número possível de utilizadores se tiver sido aplicada uma

indexação com um nível de exaustividade completo^{ix}, que possibilite a recuperação da informação de forma objetiva e unívoca. Quando o utilizador questiona o catálogo sobre um determinado assunto, ele quer de retorno tudo o que existe e apenas o que existe sobre aquele determinado assunto específico, nem mais nem menos, do que uma resposta clara e direta do catálogo. Sem uma organização documental eficaz e um eficiente controlo de autoridades, a recuperação da informação, não sendo impossível, será pelo menos bastante mais morosa para o utilizador.

Os problemas geralmente identificados pelos serviços de informação para levar a termo uma política de indexação exaustiva passa, sobretudo, pela falta de recursos humanos especializados que levem a cabo a tarefa, minuciosa, de atribuição dos cabeçalhos de assunto necessários para a recuperação da informação, mas também para a criação dos respetivos registos de autoridade e o desenvolvimento da complexa rede de relações^x que se podem estabelecer.

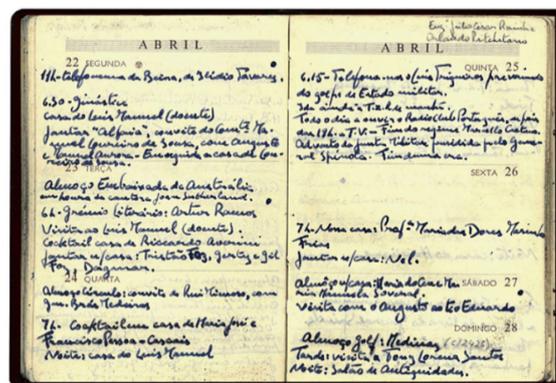


Figura 1 - Agenda n.º 33 (semana de 22 a 28 de abril de 1974).

Podemos, assim, dizer que a leitura do nosso tempo através destes documentos é uma vantagem complementar ao trabalho do investigador, acrescida de um acesso mais rápido e menos trabalhoso à informação específica pretendida. A preservação e posterior digitalização dos documentos irá permitir, por um lado, a sua rápida consulta, necessitando para isso apenas de um *browser* e do acesso à Internet e, por outro, a localização mais precisa do documento pretendido, através de uma simples pesquisa na base de dados do arquivo.

Referências bibliográficas

- AGUILERA MURGUÍA, Ramón (2011) - La identificación de las series documentales. In CRUZ MUNDET, José Ramón, dir. - Administración de documentos y archivos : textos fundamentales. Madrid : Coordinadora de Asociaciones de Archiveros. p. 118-132.
- ARTIÈRES, Philippe (1998) - Arquivar a própria vida. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 11:21 (1998) 9-34.
- BABO, Maria Augusta (2009) - Escrita, memória, arquivo. Revista de Comunicação e Linguagens. 40 (2009) 45-51.
- BASS, Jordan - A PIM perspective : leveraging personal information management research in the archiving of personal digital records. Archivaria. ISSN 1923-6409. 75 (Spring 2013): 49-76.
- BEATTIE, Heather Robin (2007) - The texture of the everyday : appraising the values of women's diaries and weblogs. Winnipeg : University of Manitoba.

CLACK, D.H. (1990) – Authority control : principles, applications and instructions. Chicago : American Library Association.

COX, Richard J. (2013) - Lester J. Cappon and the creation of records : the diary and the diarist. Archivaria. ISSN 1923-6409. 75 (Spring 2013): 115-144.

DOUGLAS, Jennifer (2015) - The archiving “T” : a closer look in the archives of writers. Archivaria. ISSN 1923-6409. 79 (Spring 2015): 53-89.

DÓRIA, A. Álvaro (1962) - Joaquim Paço d’Arcos. Lisboa : Arcádia.

DUARTE, Luiz Fagundes (2008) - As mãos da escrita. In PORTUGAL. Biblioteca Nacional - Arquivo de cultura portuguesa contemporânea: um guia. Lisboa : BNP. (Bibliografias. Inventários). p. 13-21.

FOUCAULT, Michel (2006) - A escrita de si. In FOUCAULT, Michel - O que é um autor? 6.ª ed. Lisboa : Vega, 2006. (Passagens ; 6).

GIDDENS, Anthony (2001) - Modernidade e identidade pessoal. Oeiras : Celta.

IFLA (2007) - Functional requirements for authority data [em linha] : a conceptual model. Dublin : IFLA, 2007. [Consultado em 28 de fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.ifla.org/VII/d4/wg-franar.htm>>.

OLIVEIRA, António Braz de (2008) - A «escrita» do ACPC : recortes de memória recente. In PORTUGAL. Biblioteca Nacional - Arquivo de cultura portuguesa contemporânea : um guia. Lisboa : BNP. (Bibliografias. Inventários). p. 23-43.

PAÇO D’ARCOS, Joaquim (2013) - Memórias da minha vida e do meu tempo. Lisboa : Guimarães.

PEREC, Georges (1974) - Espèce d'espaces. Paris : Galilée.

RIBEIRO, Fernanda (1996) - Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Porto : Câmara Municipal do Porto.

SILVA, Armando B. Malheiro da (2004) - Arquivos familiares e pessoais : bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. Revista de Ciências e Técnicas do Património. ISSN 1645-4936. 1:3 (2004) 55-84.

VIQUEIRA BARREIRO, José María (1958) - Joaquim Paço d’Arcos : un escritor portugués del siglo XX. Madrid : Cultura Hispánica.

Notas

ⁱ Não se pretende, neste trabalho, fazer uma descrição exaustiva de cada uma destas etapas, apenas enumerar um conjunto de regras e normas indicativas para o seu tratamento documental, apontando, apenas, algumas considerações relativamente à descrição, classificação e indexação.

ⁱⁱ Vide Silva (2004) sobre a questão da organização do Arquivo JPA em quatro secções, que correspondem a uma divisão da vida em quatro fases, e de acordo com um quadro orgânico-funcional, inerente ao modelo sistémico e interativo defendido pelo autor.

ⁱⁱⁱ Vide Tabela 1.

^{iv} Vide IFLA (2007, p. 30 e ss.) para uma maior informação sobre o tipo de relações estabelecidas.

^v Vide Tabela 1 - Relações estabelecidas entre pessoas.

^{vi} Vide Figura 1 - Registo de autoridade de JPA.

^{vii} Vide Tabela 2 - Exemplos de tipos de cabeçalhos de autoridade.

^{viii} Vide Figura 2 - Agenda n.º 33 (Semana de 22 a 28 de Abril de 1974).

^{ix} Vide Clack (1990).

^x Vide Tabela 1 e Tabela 2.